



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

059

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0204312-5

COMARCA : Petrolina - 2ª Vara Criminal
REQUERENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
REQUERIDO : Islan Carvalho de Sá
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

5539
PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. LESÃO CORPORAL LEVE. LEI MARIA DA PENHA. INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 9.099/95. ANTINOMIA. REPRESENTAÇÃO. DESNECESSIDADE. RETRATAÇÃO PELA VÍTIMA. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. INTERESSE RECURSAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DENÚNCIA. CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE. RECEBIMENTO. RECURSO PROVIDO.

I – Em conformidade com as regras aplicadas para dirimir as hipóteses de antinomia legal, é indubitável que com o advento da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, consoante disposto no art. 41 do referido diploma legal, restou afastada a incidência de todo o conteúdo normativo contido na Lei dos Juizados Especiais, particularmente no tocante aos crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra mulher, passando a ação penal pública relativa aos delitos de lesão corporal simples e lesão culposa, que à luz do disposto no art. 88, da precitada Lei nº 9.099/95, dependia de representação da vítima, a ser incondicionada, não se olvidando que, na hipótese em tela, o interesse geral da sociedade se sobressai ao da vítima, pelo que, a retratação prevista no art. 16, da Lei Maria da Penha, deve se reservar aos crimes de ação privada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

060

ou de ação pública condicionada. Inteligência do art. 6º, da Lei nº 11.340/06. Denúncia recebida.

II – Preliminar não conhecida. Decisão por unanimidade.

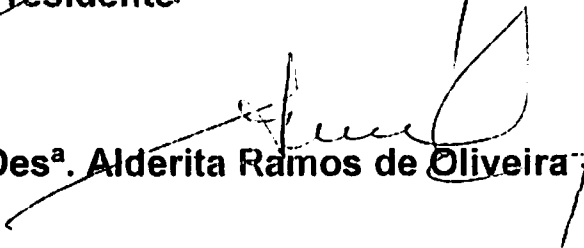
III – Recurso Provido. Decisão tomada por maioria.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0204312-5**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **em não conhecer da preliminar por unanimidade, e, no mérito, por maioria dos votos, dar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Presidente


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira, Relatora



061

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0204312-5

COMARCA : Petrolina – 2ª Vara Criminal

REQUERENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco

REQUERIDO : Islan Carvalho de Sá

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

ISLAN CARVALHO DE SÁ foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 129, §9º¹ do Código Penal.

Narra a inicial acusatória que o denunciado agrediu sua companheira **IVETE DE OLIVEIRA SILVA**, utilizando-se de instrumento contundente, causando-lhe lesões corporais, fato este ocorrido no dia 27.07.2009, por volta das 23:30 horas, na residência nº 09, da Rua Rio Tanque, bairro José e Maria, município de Petrolina.

Recebido os autos, o juiz, de logo, designou a audiência prevista no art. 16³, da referida Lei Maria da Penha (fls. 34).

Por ocasião da citada audiência, a vítima renunciou ao direito à representação, afirmando que não quer ver o autor do fato processado (fls. 34), tendo o togado monocrático julgado extinta a punibilidade do acusado, ante a renúncia da representação por parte da vítima, consoante sentença de fls. 35/41.

¹ **Lesão corporal**

Art. 129 – Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Violência doméstica

§9º - Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.

§10.se as circunstâncias são as indicadas no §9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço).

³ **Lei Maria da Penha**

Art. 16 - Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o Juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.



062

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Inconformado, o representante do *Parquet* recorreu nos termos do art. 581, incisos I e VIII⁵, do Código de Processo Penal.

Em suas razões recursais (fls. 45/49), a combatente Promotora alega que nos crimes de lesão corporal simples praticados contra a mulher, nas condições da Lei nº 11.340/06, não se admite a aplicação da Lei nº 9.099/95, passando a ação penal a ser pública incondicionada, em razão de que, a simples retratação por parte da vítima não teria o condão de afastar as condições de procedibilidade da denúncia.

A defesa apresentou contrarrazões às fls. 53/58, pugnando, em sede de preliminar, pela inadmissibilidade do recurso por ilegitimidade ativa do Ministério Público, porquanto a ação em tela é condicionada à representação da vítima e, no mérito, pugnando pelo improvimento do recurso.

O Julgador *a quo*, por ocasião do disposto no art. 589⁶, do Código de Processo Penal, manteve a sentença recorrida, determinando a remessa dos autos a este Tribunal, consoante se depreende do despacho de fls. 59/61.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer opinando pela rejeição da preliminar e pelo provimento do recurso para que seja anulada a decisão que decretou extinta a punibilidade do acusado (fls. 70/78).

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 08 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

⁵ Art. 581 – Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

I – que não receber a denúncia ou queixa;

VIII – que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade;

⁶ Art. 589 - Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de 2 (dois) dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários.

Parágrafo único - Se o juiz reformar o despacho recorrido, a parte contrária, por simples petição, poderá recorrer da nova decisão, se couber recurso, não sendo mais lícito ao juiz modificá-la. Neste caso, independentemente de novos arrazoados, subirá o recurso nos próprios autos ou em traslado.



063



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0204312-5

COMARCA : Petrolina – 2ª Vara Criminal
REQUERENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
REQUERIDO : Islan Carvalho de Sá
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

**PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PARA RECORRER**

Preambularmente, o recorrido suscita questão prejudicial à admissibilidade do recurso, ao argumento de que o processo penal originário trata de ação pública condicionada à representação da vítima, a qual manifestou em Juízo o seu desinteresse no prosseguimento do referido feito criminal, circunstância que ensejaria o afastamento do interesse recursal por parte do órgão ministerial, razão pela qual pugna pelo não conhecimento do presente recurso, a teor do que dispõe o art. 577⁷, parágrafo único, do Estatuto de Ritos.

Muito embora ilegitimidade de parte constitua matéria de preliminar, no caso em tela a arguição se confunde com o mérito, em cuja sede há de ser enfrentada a polêmica questão.

Isto posto, não conheço da preliminar.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora

⁷ Art. 577 – O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor.

Parágrafo único – Não se admitirá, entretanto, recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.



064



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: 0204312-5

COMARCA : Petrolina – 2ª Vara Criminal
REQUERENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
REQUERIDO : Islan Carvalho de Sá
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

MÉRITO

Insurge-se, o representante do Ministério Público de 1º grau, contra sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina (fls. 35/41), que determinou o arquivamento do processo penal *sub examinen*, por falta de condição de procedibilidade para a ação, ante a retratação à representação feita pela vítima, nos termos a que alude o art. 16⁸, da Lei Maria da Penha, declarando extinta a punibilidade em relação ao réu.

Aduz o *Parquet* que o réu praticou o delito de lesão corporal simples, capitulado no art. 129, §9º, do Estatuto Punitivo, consoante Perícia Traumatológica de fls. 20, esclarecendo o recorrente que, conforme estabelecido no art. 88, da Lei nº 9.099/90, a ação penal pública referente à aludida infração penal passou a ser condicionada à representação da vítima, *in verbis*:

“Art. 88 – Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.”

Ocorre que, com o advento da Lei nº 11.340/2006, a incondicionalidade dos crimes de lesão corporal de natureza leve foi restabelecida em face do comando normativo do art. 41, do novel diploma legal, senão, vejamos:

“Art. 41 – Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995.”

⁸ Art. 16 - Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o Juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.



065



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Ao exame dos autos, observo que o ponto nodal para o deslinde da causa reside em discernir, à luz da Lei Maria da Penha, se a mencionada ação penal pública seria incondicionada ou condicionada à representação da vítima, com vistas a conferir as condições de procedibilidade da denúncia, independentemente de a ofendida haver se retratado, valendo dizer que sobre a questão não se verifica, ainda, um posicionamento pacífico, seja doutrinário ou jurisprudencial.

Trata-se de lei nova (Lei nº 11.340/06) que afastou a aplicação de todo o conteúdo normativo disposto em diploma legal anterior (Lei nº 9.099/95), de igual hierarquia dentro da pirâmide legal, em relação aos crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher, em sintonia com o preceito *lex posteriori derogat lex priori*.

Forçoso admitir também que, no caso em comento, a lei nova possui um caráter mais específico, posto que se restringe às hipóteses de crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher, o que teria, por tal motivo, o condão de, igualmente, impedir a incidência de qualquer disposição legal contida na legislação pretérita que colidisse com o novel diploma legal, em obediência à regra de que *lex speciali derogat lex generali*.

Convém salientar que o Código Penal Brasileiro, ao dispor sobre o crime de lesão corporal, não estabeleceu que a ação penal seria privada ou pública condicionada à representação da vítima, sendo cediço que a regra geral é a de que toda ação penal será de natureza pública incondicionada, cabendo a sua titularidade ao órgão do Ministério Público. A exceção diz respeito aos crimes contra a honra, previstos nos arts. 138, 139 e 140, do Código Penal.

No caso específico do delito de lesão corporal simples, previsto no art. 129, da Lei Substantiva Penal, ainda que praticada na forma capitulada no § 9º, do mesmo diploma legal, apenas na regência da Lei nº 9.099/95 (art. 88) é que a ação penal passou a ser condicionada à representação da vítima, imposição esta que foi afastada, quando o delito for cometido na forma de que trata a Lei nº 11.340/06.

A propósito, confira-se a lição doutrinária, consolidada sob o escólio da Exm^a. Des^a. Maria Berenice Dias, quando integrante do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, *verbis*:



066



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

"Com referência às lesões corporais leves e lesões culposas, a exigência de representação não se aplica à violência doméstica. Esses delitos foram considerados de pequeno potencial ofensivo pela Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95⁵, art. 88), mas sua incidência foi expressamente afastada por outra lei de igual hierarquia (Lei 11.340/06, art.41): aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei 9.099/95. Não foi dada nova redação ao Código Penal. Houve simples previsão, no bojo da Lei 9.099/95, de alguns delitos como de pequeno potencial ofensivo. Lei posterior afastou a incidência de todos os seus dispositivos, inclusive da exigência de representação. Assim, não há como considerar de ação privada os crimes de lesões corporais leves e culposas quando cometido no âmbito das relações familiares. São crimes de ação pública incondicionada, não havendo exigência de representação e nem possibilidade de renúncia ou desistência por parte da ofendida. Somente nas hipóteses em que o Código Penal condiciona a ação à representação é possível, antes do oferecimento da denúncia, a renúncia." (in A violência doméstica na Justiça. Acessado em 28/09/2007 no site <http://www.mariaberenice.com.br/site/frames.php?idioma=pt.>)

Nessa linha de raciocínio, socorre-nos julgado, do teor seguinte:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLENCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL SIMPLES OU CULPOSA PRATICADA CONTRA MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO. PROTEÇÃO DA FAMÍLIA. PROIBIÇÃO DE APLICAÇÃO DA LEI 9.099/1995. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. RECURSO PROVIDO PARA CASSAR O ACÓRDÃO E RESTABELECEER A SENTENÇA.

- 1. A família é a base da sociedade e tem a especial proteção do Estado; a assistência à família será feita na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (Inteligência do artigo 226 da Constituição da República).*
- 2. As famílias que se erigem em meio à violência não possuem condições de ser base de apoio e desenvolvimento para os seus membros, os filhos daí advindos dificilmente terão condições de conviver sadiamente em sociedade, daí a preocupação do Estado em proteger especialmente essa instituição, criando mecanismos, como a Lei Maria da Penha, para tal desiderato.*



067



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

3. Somente o procedimento da Lei 9.099/1995 exige representação da vítima no crime de lesão corporal leve e culposa para a propositura da ação penal.
4. **Não se aplica aos crimes praticados contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar, a Lei 9.099/1995. (Artigo 41 da Lei 11.340/2006).**
5. **A lesão corporal praticada contra a mulher no âmbito doméstico é qualificada por força do artigo 129, § 9º do Código Penal e se disciplina segundo as diretrizes desse Estatuto Legal, sendo a ação penal pública incondicionada.**
6. A nova redação do parágrafo 9º do artigo 129 do Código Penal, feita pelo artigo 44 da Lei 11.340/2006, impondo pena máxima de três anos a lesão corporal qualificada, praticada no âmbito familiar, proíbe a utilização do procedimento dos Juizados Especiais, afastando por mais um motivo, a exigência de representação da vítima.
7. RECURSO PROVIDO PARA CASSAR O ACÓRDÃO E RESTABELECER A DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. (STJ - REsp 1000222/DF, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 24/11/2008)".

E mais:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – LEI MARIA DA PENHA – APELAÇÃO, RECURSO EM SENTIDO ESTRITO E MANDADO DE SEGURANÇA – INTERESSE RECURSAL – LESÕES CORPORAIS LEVES – REPRESENTAÇÃO – DESNECESSIDADE – AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA.

(...) o recuo da mulher, que em um primeiro momento decidira dar um basta em seu sofrimento, não é suficiente para justificar o arquivamento dos autos. Essa situação, aliás, é muito comum, pois a dependência econômica e emocional da mulher, na maioria dos casos, acaba por arrefecer-lhe o desejo e retirar-lhe a vontade de prosseguir na luta. **Nos termos da legislação em destaque (art. 41), aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Sendo assim, a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves praticados no ambiente doméstico e familiar contra a mulher é de ação pública incondicionada, posto que patente o interesse geral da sociedade, não só pelos objetivos da lei em questão, como pelo que preconiza o seu art. 6º, considerando a**

7



068



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

violência doméstica e familiar contra a mulher uma das formas de violação dos direitos humanos.” (Apelação Crimnal nº 206.09.1.017305-7, TJDF – 1ª Turma Criminal, Relator Des. Sérgio Bittencourt, julgado em 31.05.2007)

E ainda:

“HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. CONTEÚDO POLÍTICO E SOCIAL DA LEI 11.340/2006. DELITOS DE LESÕES CORPORAIS LEVES E LESÕES CULPOSAS. NATUREZA DA AÇÃO PENAL. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E PROTEÇÃO À FAMÍLIA. EFETIVIDADE DA LEI. ORDEM DENEGADA.

(...) A exegese que confere efetividade à repressão aos crimes de violência doméstica contra a mulher nos casos de lesões corporais leves e lesões culposas é o da não vinculação da atuação do Ministério Público ao interesse exclusivo da ofendida tal como previsto no art. 88 da Lei 9.099/95. Na busca da concretização dos fins propostos pela lei 11.340/2006 prevalece o interesse público traduzido na coibição de violência doméstica, lastreada na garantia constitucional de ampla proteção à família e no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Essa orientação permite a compreensão do alcance, sentido e significado dos artigos 16 e 41 da Lei nº 11.340/2006 para reconhecer que os delitos de lesão corporal simples e lesão culposa cometidos no âmbito doméstico e familiar contra a mulher são de ação pública incondicionada, reservando-se a aplicação do art. 16 àqueles crimes em que a atuação do Ministério Público fica vinculada ao interesse privado da vítima em punir o seu ofensor. Ordem denegada”. (Habeas Corpus nº 207.00.2.0402-2, TJDF – Segunda Turma Criminal, rel. Desª. Nilsoni de Freitas Custódio, julgado em 28.7.2007).

Além das razões acima explicitadas, cumpre esclarecer, ainda, que o art. 1º, da citada Lei 11.340/06, enuncia o forte conteúdo político-social do referido diploma legal, como forma de o legislador atender aos reclamos da sociedade brasileira por uma resposta estatal que se mostrasse eficaz, como forma de afastar do nosso convívio social um mal existente neste país há muitas décadas, qual seja o da violência sofrida pela mulher no âmbito doméstico e familiar, onde os seus companheiros, que deveriam assumir o papel natural de protetores do lar, tornaram-se os seus próprios agressores, instalando, com essa atitude, a desagregação familiar, por vezes levando os filhos dessas famílias a fugirem de casa, passando à condição de menores de



069



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

rua, e, depois, de delinquentes, chaga social que deve ser coibida com determinação por todos quantos detém qualquer parcela de poder.

Outrossim, é bom não olvidar que os arts. 4º e 6º, da precitada Lei nº 11.340/06, dispõem que:

"Art. 4º - Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar".

"Art. 6º - A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos".

Diante disso, não seria razoável que, mesmo se constatando a hipótese de violência cometida no âmbito doméstico e familiar contra a mulher, em havendo renúncia por parte da mesma, seja por motivos de ordem subjetiva ou até mesmo de dependência econômica, ficasse o agressor impune, com o arquivamento do processo, posto não ser esse o fim social que almeja alcançar a Lei Maria da Penha.

Aliás, realce-se, por oportuno, a lição do renomado criminalista Guilherme de Souza Nucci, ao comentar o mencionado art. 16, em sua obra Leis Penais e Processuais Comentadas, 1ª ed, Ed. RT, 2006, págs. 873/874, *in litteris*:

"(...) não é incomum que mulheres, quando o crime depende de representação (ex: ameaça), registrem ocorrência na delegacia de polícia, apresentem representação e, depois, reconciliadas com seus companheiros ou maridos, busquem a retratação da representação, evitando-se, com isso, o ajuizamento da ação penal ou o seguimento para a transação, quando viável (...)"

Ora, no caso *sub judice*, resta patente o interesse geral da sociedade, a se sobressair sobre o da vítima, no sentido de que sejam alcançados os objetivos da lei, mormente em face dos dispositivos legais outrora mencionados.

Ademais, vale realçar que o referido artigo 88, da Lei nº 9.099/95, não foi revogado, nem derogado, apenas teve a sua incidência afastada pelo art. 41 da Lei nº 11.340/06, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, onde prevalece não a vontade da ofendida, mas sim o interesse

97



070



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

público, como forma de coibir a violência doméstica, com fulcro nos princípios constitucionais da ampla proteção à família e da dignidade da pessoa humana.

É equivocado, data vênica, o entendimento do douto magistrado, externado às fls. 36 do seu *decisum*, ao entender inadmissível *"que haja lesão corporal da mulher e do homem, quando o nosso ordenamento protege a integridade física da pessoa humana, assegurando direitos iguais entre homens e mulheres"*.

Em verdade, tanto a integridade física do homem quanto a da mulher têm proteção legal, o que difere é o tratamento processual diferenciado que é conferido à mulher vítima de violência doméstica, por força da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

A propósito, em julgamento dos Recursos em Sentido Estrito n.ºs 0158073-2, 0162588-7 e 0162586-3, da minha relatoria, esta 3ª Câmara Criminal, por unanimidade de votos, decidiu pelo recebimento da denúncia, em sessões realizadas respectivamente em 13.02.2008, 30.04.2008 e 15.10.2008. No mesmo sentido são os acórdãos dos Recursos em Sentido Estrito de n.ºs 0180209-9, 0178185-3 e 162594-5, de relatoria do Des. Antônio de Melo e Lima, da 2ª Câmara Criminal deste Sodalício.

Ante o expandido, e em consonância com o posicionamento ministerial, voto pelo provimento do recurso, no sentido de anular a sentença, receber a denúncia e determinar que o magistrado proceda nos demais trâmites legais até final sentença.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



071

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL 20 01 2010

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 204312-5

COMARCA : PETROLINA

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RECORRIDO : ISLAN CARVALHO DE SÁ

RELATORA : DESEMBARGADORA ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA

RELATÓRIO

O relatório encontra-se às fls. 81/82 dos autos.

VOTO DO RELATOR

O voto do Relator encontra-se às fls. 88/95 dos autos.

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Fls. 88)

O voto preliminar encontra-se às fls. 88 dos autos.

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Acompanho.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

Também acompanho.

DECISÃO

"UNANIMEMENTE, NÃO SE CONHECEU DA PRELIMINAR".



072

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

VOTO DE MÉRITO

O voto de mérito encontra-se às fls. 89/95 dos autos.

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Acompanho o voto de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

Eu voto divergente, voto pelo improvimento do recurso e pela manutenção da sentença *a quo*.

DECISÃO

"NO MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".
